

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Como resultado de um concurso de 2008, a Iberdrola estava apostada em construir no Tâmega um dos mais ambiciosos complexos hidroelétricos do país. Seriam quatro centrais: Gouvães, Alto Tâmega, Daivões e Padroselos. Mas esta última viria a ser excluída do projeto, por motivos ambientais. Em 2014, a Iberdrola firmaria finalmente o contrato de concessão das três barragens do sistema electroprodutor do Tâmega. No final de 2017 iniciam-se os trabalhos de construção da Barragem de Daivões que compreendem a construção de uma barragem em betão, do tipo arco-gravidade, com 77,5 metros de altura e 264,45 metros de comprimento, bem como a execução de: central hidroelétrica semienterrada, equipada com duas turbinas Francis de 110m³/s, perfazendo 118 MW de potência total instalada; circuito hidráulico, formado por duas condutas em túnel com 214m e 291m; duas tomadas de água em betão armado e uma restituição; túnel de desvio com 388 metros; bacia de dissipação; e duas ensecadeiras, uma a montante e outra a jusante.

A construção prevista destas barragens que têm sido designadas por Cascata do Tâmega terá um impacto ambiental considerável na região, levará à submersão de habitações e de alguns dos melhores terrenos agrícolas, além de por em causa vários exemplares do património cultural português. Parte significativa do património arqueológico, cultural e mesmo religioso dos concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena e Chaves, será "afogado" com a construção das quatro barragens da "cascata do Tâmega". Além do reflexo negativo que terá no ambiente e na atividade socioeconómica das populações, as novas infra-estruturas poderão provocar danos irreparáveis nos valores patrimoniais dos três concelhos.

Na zona da Lixa do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar, que ficou conhecida como "Pátria dos Dólmenes", um conjunto de dez monumentos (antas e mamoaos), cinco dos quais denominados "Chã das Arcas", ficarão submersos. Está em risco de desaparecer do mapa um dos monumentos megalíticos mais impressionantes de Trás-os-Montes, classificado como Monumento Nacional desde 1910. Em Ribeira de Pena, a capela de Manscos, a ponte de arame, o roteiro pedestre camiliano e a "Ilha dos Amores" serão também afetados. O mesmo acontecerá, na zona de Vidago, a pontes romanas e a um conjunto de moinhos de água.

Esta construção tem sido contestada por populações e autarcas que têm vindo a exigir um novo estudo de impacto ambiental. O que foi feito prevê que alguns elementos patrimoniais sejam deslocados e outros pura e simplesmente submersos. Há alguns anos foi tentada a desclassificação de alguns elementos patrimoniais, com o argumento de que estariam em mau estado, porém essa desclassificação não foi concedida. A empresa construtora tem tido a atitude de ignorar as preocupações de autarcas e populações.

Já em 2010, a Comissão de Avaliação, em parecer emitido em maio desse ano, identificava omissões no levantamento arqueológico no Estudo de Impacto Ambiental e também que haveria medidas de mitigação e compensação erradas, como a desclassificação do Monumento Nacional classificado em 1910, ou ainda que haveria medidas de compensação muito mais exigentes a ser tomadas e que não teriam sido consideradas ou inscritas em EIA, e que as apresentadas eram claramente insuficientes.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Está previsto um novo estudo de impacto ambiental?
2. Faz parte das intenções do governo permitir a construção destas barragens, apesar de serem um reconhecido atentado ao ambiente e ao património, nomeadamente submergindo monumentos nacionais, classificados desde 1910?
3. Entende o Governo recuperar as medidas de mitigação sugeridas pela Comissão de Avaliação que propõe medidas muito mais exigentes de levantamento e de compensação mais efetivas?

Palácio de São Bento, 6 de agosto de 2019

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)